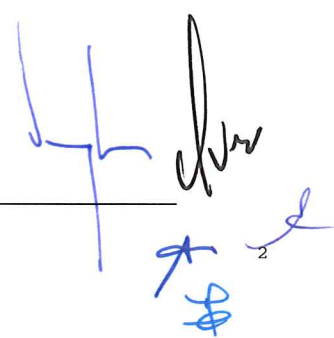




Eólica da Serra das Alturas, S.A.
Relatório e Contas 2017

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| ÓRGÃOS SOCIAIS | 3 |
| RELATÓRIO DE GESTÃO | 4 |
| Actividade Empresarial e comercial | 4 |
| Aspectos fiscais e parafiscais | 7 |
| Regulação do Sector..... | 7 |
| Principais riscos e incertezas..... | 8 |
| Perspectivas para 2018 | 9 |
| Factos Relevantes ocorridos após o termo do exercício | 9 |
| Proposta de Aplicação de Resultados | 10 |
| Anexo ao Relatório de Gestão..... | 11 |
| CADERNO FINANCEIRO | 13 |
| APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS..... | 37 |



ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente: Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida

Secretário: Ana Rita Alves da Rocha Soares de Moura

Conselho de Administração

Presidente: António Manuel Lobo Gonçalves

Vogal: Fernando Eirão Queiroga

Vogal: Nuno Vaz Ribeiro

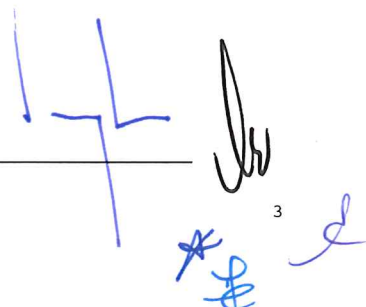
Vogal: Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa

Vogal: Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral

Órgão de Fiscalização

Fiscal Único Efectivo: KPMG & Associados, SROC, representada por Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho – ROC

Fiscal Único Suplente: Susana de Macedo Melim de Abreu Lopes - ROC



RELATÓRIO DE GESTÃO

ACTIVIDADE EMPRESARIAL E COMERCIAL

A Eólica da Serra das Alturas, S.A. (adiante a "Empresa"), tem por objecto a realização e desenvolvimento de projectos de aproveitamento de energia eólica, nomeadamente com a construção/instalação e exploração de Parques Eólicos no concelho de Boticas.

A Empresa tem em carteira um único parque eólico denominado Parque Eólico da Serra do Barroso II, com uma potência total instalada de 12,3 MW, sendo que 2,3 MW se referem ao sobreequipamento instalado no final de 2011 e cuja recepção provisória ocorreu em Março de 2012. Este parque eólico localiza-se na Serra do Barroso, freguesia de Alturas do Barroso, no concelho de Boticas, distrito de Vila Real.

O Pedido de Informação Prévia (PIP) do Parque Eólico Serra da Barroso II foi efectuado em Janeiro de 2002, tendo-se obtido resposta favorável em Março de 2002. Em Maio de 2002 elaborou-se o Projecto de Licenciamento a apresentar à Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG), tendo-se obtido o Ponto de Recepção em Agosto de 2003. Em Março de 2006 obteve-se a Licença de Estabelecimento emitida pela DGEG, tendo sido aceite o pedido de prorrogação de prazo de estabelecimento do parque até 31 Dezembro de 2008. Em Novembro de 2006 foi apresentado o Estudo de Incidências Ambientais do Parque Eólico da Serra do Barroso II, tendo-se obtido a Decisão de Incidências Ambientais favorável condicionada em Maio de 2007.

O contrato de fornecimento dos aerogeradores foi assinado em Novembro de 2007 com a empresa Enercon GmbH. As instalações eléctricas e obras de construção civil foram adjudicadas em Julho de 2008 à sociedade Jayme da Costa. A construção da linha AT 60 kV para interligação do parque com a rede eléctrica teve início em Janeiro de 2008.






A construção dos primeiros 10MW do Parque Eólico de Serra do Barroso II iniciou em Julho de 2008 e a Licença de Exploração foi obtida em Dezembro de 2008, tendo sido assinados os autos de Recepção Provisória e Recepção Definitiva das Instalações Eléctricas e Obras de Construção Civil, em Junho de 2009 e Junho de 2011, respectivamente, e o Auto de Recepção Provisória dos aerogeradores em Outubro de 2009.

Em 2011 iniciou-se o sobreequipamento deste parque eólico, composto por 1 aerogerador de 2,3 MW, tendo o projecto de licenciamento sido submetido à apreciação da DGEG em Maio de 2011 e o projecto das obras de construção submetido à apreciação da Câmara Municipal em Agosto de 2011. A ligação à rede desta máquina ocorreu no final de Dezembro de 2011 e a Recepção Provisória ocorreu a 31 de Março de 2012, bem como a entrada em exploração.

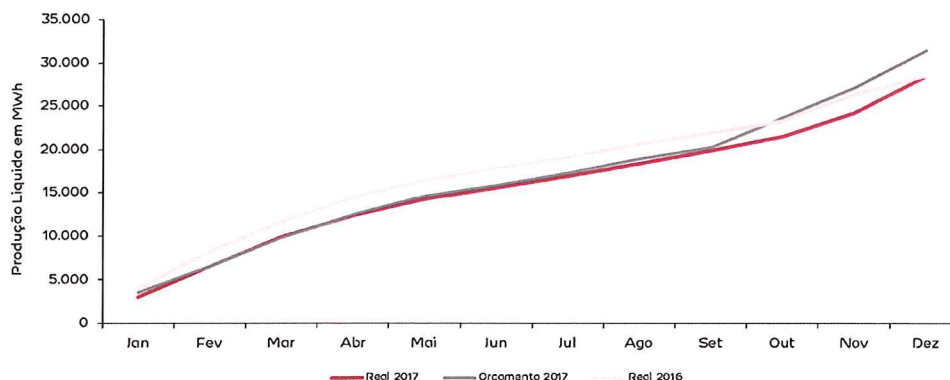
Em 2017, a produção de energia da central eólica Serra do Barroso II foi de 29.068 MWh (2016: 29.185 MWh), o que se traduziu em 2.363 horas líquidas equivalentes à potência nominal (2016: 2.373 hpc) e num factor de carga de 27,0% (2016: 27,0%). A taxa de disponibilidade técnica horária do parque fixou-se 98,9% (2016: 98,1%).

As vendas de electricidade da central eólica foram de 28.455 MWh, que remuneradas de acordo com a legislação específica da Produção em Regime Especial, ascenderam 2,924 M€, o que corresponde a um aumento de 1,1% em relação aos 2,891 M€ obtidos em 2016. A diferença entre as quantidades produzidas e vendidas em 2017 deve-se à energia adicional produzida pela Central, conforme explicado no capítulo "Regulação do Sector", que representa somente 2% do total produzido.

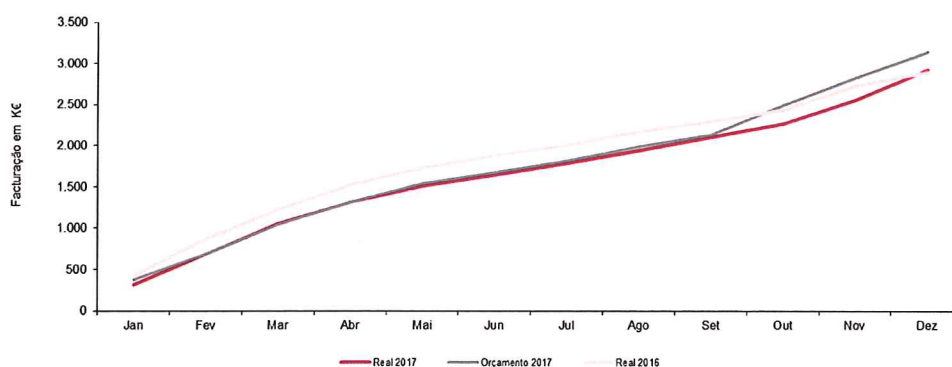
Em 2017, a remuneração média das vendas foi de 102,76 €/MWh, tendo sido de 101,51 €/MWh em 2016.






4

Produção de Energia acumulada 2017 – MWh



Vendas de Energia acumuladas 2017 – Milhares de Euros



A Empresa não dispõe de quadro de pessoal permanente, recorrendo exclusivamente à prestação de serviços em regime de outsourcing.

À exceção da provisão para desmantelamento (Nota 20 do Anexo), não existem quaisquer passivos ambientais.

Demonstração da Posição Financeira

O Activo Fixo Tangível diminuiu 505.035 Euros em resultado do reconhecimento da amortização do período no mesmo montante.

Relativamente ao Activo intangível em curso, este aumentou 57.275 Euros em 2017 e diz respeito aos pagamentos das compensações previstas pela adesão ao regime remuneratório do Decreto-Lei n.º 35/2013, de 28 de Fevereiro, que iniciaram em Julho de 2013 (acumulado em 2017: 286.143 Euros).

Os Activos Correntes aumentaram 162.260 Euros essencialmente por via do aumento do valor da rubrica de Devedores e outros activos de actividades comerciais devido ao aumento dos valores a receber de Clientes, pelas vendas de Dezembro de 2017 terem sido superiores às vendas de Dezembro de 2016.

O Passivo não Corrente diminuiu 983.151 Euros devido essencialmente à reclassificação da dívida financeira para Passivo Corrente relativo ao valor que vai vencer em 2018 e à diminuição dos Impostos a pagar à Autoridade Tributária, no âmbito da adesão ao regime do Decreto-Lei n.º 66/2016 da reavaliação dos activos, que passou integralmente a Passivo Corrente (falta só liquidar a última prestação em Dezembro de 2018). O financiamento da Empresa obtido diz respeito aos Suprimentos concedidos exclusivamente pela EDP Renováveis Portugal.

O Passivo Corrente aumentou 578.624 Euros essencialmente pela conjugação de dois factores: pelo aumento de dívida corrente (amortização do empréstimo que era corrente em 31 de Dezembro de 2016, mas que não foi liquidado em Dezembro de 2017), bem como pelo incremento na rubrica de Impostos a pagar, consequência de um melhor resultado da sociedade e do aumento do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O Capital Próprio registou um aumento de 121.963 Euros reflectindo o aumento do Resultado Líquido do Período de 2017, nesse mesmo montante, face ao período homólogo.

| | 2017 | | 2016 | | Euros |
|-----------------------------------|------------|-------|------------|-------|------------------|
| | Valor | % | Valor | % | Var % (17-16) |
| ACTIVO | 12.799.072 | 100,0 | 13.081.636 | 100,0 | -2,2% |
| Activo fixo tangível e intangível | 11.814.159 | 92,3 | 12.261.919 | 93,7 | -3,7% |
| Outros activos não correntes | 249.928 | 2,0 | 246.992 | 1,9 | 1,2% |
| Activos correntes | 734.985 | 5,7 | 572.725 | 4,4 | 28,3% |
| PASSIVO | 6.982.287 | 54,5 | 7.386.814 | 56,5 | -5,5% |
| Passivos não correntes | 5.263.800 | 41,1 | 6.246.951 | 47,8 | -15,7% |
| Passivos correntes | 1.718.487 | 13,4 | 1.139.863 | 8,7 | 50,8% |
| CAPITAL PRÓPRIO | 5.816.785 | 45,5 | 5.694.822 | 43,5 | 2,1% |

Demonstração dos Resultados

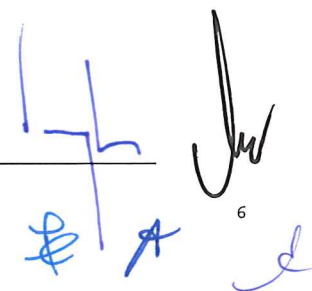
Em 2017, a central eólica teve uma performance operacional ligeiramente superior à do ano anterior, tendo-se registado um aumento das receitas de vendas e serviços de energia de 1,1%.

Os Fornecimentos e Serviços Externos diminuíram 7,8% essencialmente devido a uma diminuição das despesas com conservação e reparação, nomeadamente da parcela variável do contrato de operação e manutenção celebrado com a Enercon, na medida em que esta parcela é em função das produções do período contratual anterior e que se revelaram menores ao ano transacto. A rubrica de Outros Proveitos teve o efeito contrário, aumentando no montante de 12.642 Euros devido à compensação recebida da Enercon pelos trabalhos Anchoring pre-stress housing nos aerogeradores do parque, o que levou a um aumento de 3,0% do EBITDA relativamente a 2016.

Na sequência da actualização dos estudos técnicos realizados em 2016 e da mudança da perspectiva da Gestão, a Empresa procedeu à revisão da sua estimativa para a vida útil dos seus activos de geração eólica aumentando a mesma de 25 para 30 anos, de modo prospectivo em Dezembro de 2016. Assim, a amortização do exercício de 2017 diminuiu 121.438 Euros face ao registado em 2016.

Verificou-se ainda o contributo positivo dos Custos financeiros, que reduziram 12,6% em resultado da diminuição dos juros do empréstimo obtido sob a forma de Suprimento concedido pela EDP Renováveis Portugal, por via dos reembolsos efectuados no período.

O resultado líquido do período fixou-se nos 1.298.401 Euros, 10,4% superior ao registado em 2016.



| Rubricas | Euros | | |
|---|-----------|-----------|------------------|
| | 2017 | 2016 | Var % (17-16) |
| Receitas de vendas e serviços de energia e outros | 2.923.787 | 2.890.558 | 1,1% |
| Custo com vendas de energia e outros | -2.505 | -2.402 | 4,3% |
| Margem Bruta | 2.921.282 | 2.888.156 | 1,1% |
| Outros Proveitos | 12.642 | 0 | 100,0% |
| Fornecimentos e serviços externos | -335.215 | -363.561 | -7,8% |
| Outros custos | -77.062 | -76.530 | 0,7% |
| EBITDA | 2.521.647 | 2.448.065 | 3,0% |
| Amortizações e imparidades | -505.035 | -626.473 | -19,4% |
| EBIT | 2.016.612 | 1.821.592 | 10,7% |
| Custos financeiros | -366.435 | -419.123 | -12,6% |
| Resultado antes de impostos | 1.650.177 | 1.402.469 | 17,7% |
| Impostos sobre lucros | -351.776 | -226.031 | 55,6% |
| Resultado líquido do período | 1.298.401 | 1.176.438 | 10,4% |

ASPECTOS FISCAIS E PARAFISCAIS

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, as declarações fiscais podem ser sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais nos quatro anos subsequentes ao exercício a que respeitam.

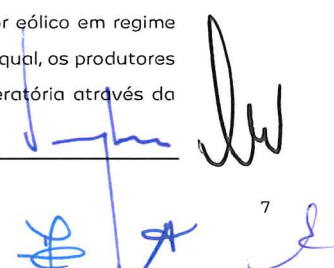
A Eólica da Serra das Alturas não tinha dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social no final do presente exercício.

Por ter sede social no Município de Boticas, a Empresa encontra-se isenta de pagamento de derrama, ao abrigo do regulamento municipal.

Em 3 de Novembro de 2016 foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei n.º 66/2016, que estabelece um regime fiscal facultativo de reavaliação dos activos fixos tangíveis e propriedades de investimento. Este normativo visa criar um incentivo à reavaliação dos activos fixos tangíveis afectos ao exercício de actividades de natureza comercial, industrial ou agrícola, bem como das propriedades de investimento e de elementos patrimoniais de natureza tangível afectos a contratos de concessão, impulsionando em paralelo o reforço dos capitais próprios das empresas. A utilização deste regime pressupõe a constituição de uma reserva de reavaliação fiscal correspondente à soma das diferenças entre o valor líquido inicial dos elementos reavaliados e o valor líquido após a reavaliação. O montante desta reserva é sujeito a uma tributação autónoma especial à taxa de 14%, devendo ser liquidada em partes iguais até ao dia 15 de dezembro dos anos de 2016, 2017 e 2018. Como contrapartida, permite-se aos sujeitos passivos abrangidos pelo presente regime a dedução fiscal dos acréscimos de depreciação dos activos objecto de reavaliação, majorados entre 3% e 7%, devendo os mesmos ser detidos por um prazo mínimo de cinco períodos de tributação após a data a que se reporta a reavaliação. A empresa aderiu a este regime, tendo registado em Dezembro de 2016 uma Conta a Pagar com a Autoridade Tributária no valor de 115.349 Euros, dos quais dois terços desse valor (76.900 Euros) estavam liquidados no final de 2017. Associado a esta alteração, a Empresa reconheceu em 2016 um imposto Diferido Activo de 185.135 Euros, tendo previsto obter uma poupança fiscal líquida de cerca de 70 Milhares de Euros.

REGULAÇÃO DO SECTOR

Em 2012, os promotores eólicos e o Governo Português chegaram a um acordo de princípio que preserva a estabilidade legal dos actuais contratos e protege os investimentos realizados na economia portuguesa no sector eólico em regime de produção especial. Em 28 de Fevereiro de 2013, foi publicado o Decreto-Lei n.º 35/2013, ao abrigo do qual, os produtores eólicos poderiam efectuar um investimento voluntário para obterem uma maior estabilidade remuneratória através da



adesão a um novo esquema tarifário para o período após os actuais 15 anos definidos por lei. O Decreto-lei em causa conferiu aos produtores a possibilidade da opção por um de quatro regimes, que incluem as seguintes condições: (I) diferentes preços máximos (Cap) e mínimos (Floor); (II) diferentes durações no que respeita ao novo esquema tarifário após o período inicial de 15 anos; e, consequentemente, (III) diferentes níveis de investimento (por MW) para aderir ao esquema tarifário eleito. A Eólica da Serra das Alturas optou por uma prorrogação de 7 anos com a tarifa definida como o preço médio de mercado dos doze meses anteriores, com um floor de 74€/MWh e um cap de 98€/MWh actualizados de acordo com a inflação de 2021 em diante, em troca de um pagamento de 5.800€/MW de 2013 a 2020. O primeiro pagamento foi efectuado em Julho de 2013 – com pagamentos mensais desde então – tendo sido liquidado um total de € 286.143 até 31 de Dezembro de 2017.

No âmbito do Decreto-Lei n.º 94/2014, de 24 de Junho, que estabelece a disciplina aplicável à potência adicional e à energia do sobreequipamento produzida por centros electroprodutores cuja energia eléctrica seja remunerada por um regime de remuneração garantida, junta-se a Portaria nº 102/2015, de 7 de Abril, que estabelece os procedimentos para injeção de energia adicional e para autorização do sobreequipamento dos centros produtores eólicos. Associado a estes normativos é introduzido o conceito de energia adicional, considerada como a energia ativa que resulta da utilização da potência adicional, correspondendo o valor máximo da potência adicional à diferença entre a potência instalada e a potência de ligação, excluindo-se a energia do sobreequipamento, quando exista. Desta forma, torna-se possível injectar na rede a energia adicional, maximizando-se quer a utilização do vento disponível no local, quer as capacidades existentes de produção de energia eléctrica de fonte eólica. A empresa concluiu no início do ano os procedimentos para injeção de energia adicional, com a alteração da parametrização dos relés limitadores de potência, tendo iniciado a sua produção.

De acordo com o regime legal actualmente em vigor e, em especial, o Decreto-Lei n.º 94/2014, de 24 de Junho os promotores de parques eólicos que beneficiem do valor remuneratório adicional a que se refere a alínea b) do número 1 do artigo 3.º-C do Decreto-Lei n.º 225/2007, de 31 de Maio, tal como aditado pelo Decreto-Lei n.º 51/2010, de 20 de Maio, não podem cumular esse valor remuneratório adicional com a remuneração da energia adicional a que se refere o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 94/2014, de 24 de Junho. Assim sendo, a energia adicional injetada na rede pelo parque de Serra do Barroso II não será remunerada tendo em conta que a central eólica foi sobreequipado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 51/2010, de 20 de Maio.

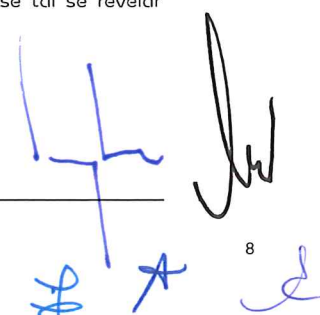
PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

O risco na actividade de produção de energia eólica resulta essencialmente do risco de recurso eólico e do risco de disponibilidade das centrais eólicas, estando este último devidamente coberto por seguros.

Não é expectável que existam, neste tipo de actividade, riscos e incertezas relevantes associados à tarifa, tendo em consideração que a Empresa beneficia do regime tarifário que garante a sua estabilização durante um período de 15 anos (nos termos do Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 33 A/2005 de 16 de Fevereiro) acrescido de um período de 7 anos (nos termos do Decreto-Lei n.º 35/2013). No entanto, por se tratar de uma actividade totalmente regulada, considera-se que a Empresa está exposta ao risco de alteração de políticas governamentais.

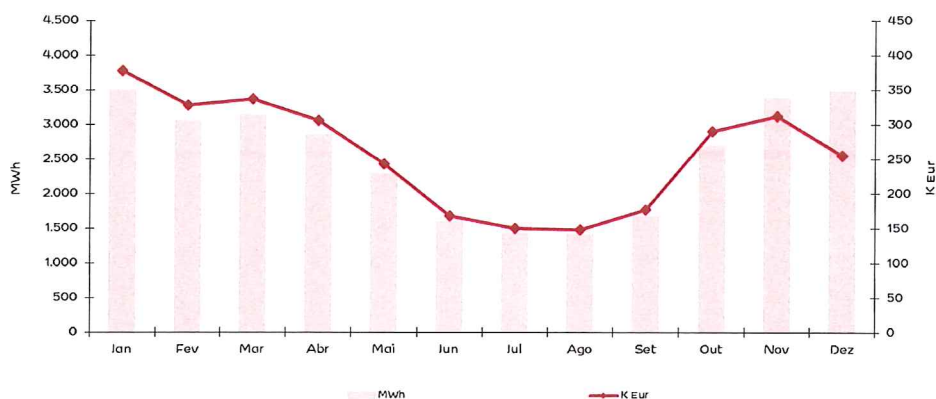
Importa referir que à data de 31 de Dezembro de 2017 não existiam quaisquer riscos relacionados com o licenciamento da central eólica desta sociedade, encontrando-se em pleno funcionamento.

Apesar do activo corrente ser inferior ao passivo corrente, o Conselho de Administração considera não existir um efectivo risco de liquidez na Empresa, derivado do facto de esta estar inserida no Grupo EDP tendo, por esse meio, suporte dos seus accionistas e acesso a fontes de financiamento para suprir as suas necessidades correntes se tal se revelar necessário.



PERSPECTIVAS PARA 2018

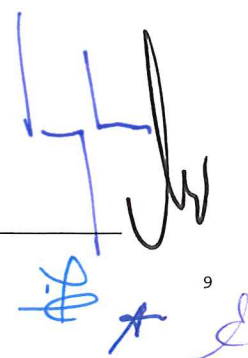
Prevê-se para 2018 uma produção total de 30.469 MWh, correspondente a uma facturação total de 3.091 milhares de Euros e a uma tarifa média anual de 101,44 Euros/MWh. A evolução do gráfico mostra que a partir de Novembro há uma descida da tarifa média, que corresponde ao mês em que a Central ultrapassa o patamar das 2.000 horas, repercutindo-se numa remuneração mais baixa da parcela ambiental, isto é, a majoração ambiental (coeficiente Z) diminui a partir do excedente das 2.000 horas de produção.



A Eólica da Serra das Alturas não tem perspectivas para 2018 de efectuar quaisquer reforços de potência, investimentos ou renovações de contratos.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Adicionalmente, importa ainda referir que após o fecho do período não foram identificados quaisquer factos relevantes que possam ter impacto significativo na sociedade e que requeiram divulgação.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Período positivo, no montante de 1.298.400,86 Euros tenha a seguinte distribuição:

Dividendos: 650.000,00 Euros

Resultados Transitados: 648.400,86 Euros

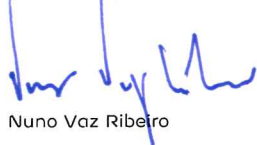
Boticas, 26 de Fevereiro de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



António Manuel Lobo Gonçalves

(Presidente)



Nuno Vaz Ribeiro

(Vogal)



Fernando Eirão Queiroga

(Vogal)



Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral

(Vogal)



Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa

(Vogal)

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

N.º5 do Art.º 447º, do Código das Sociedades Comerciais

Títulos que os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da sociedade detêm da EDP – Energias de Portugal, S. A., holding do Grupo EDP e da EDP Renováveis, S.A., Empresa igualmente do mesmo Grupo, no qual se integra a Eólica da Serra das Alturas, S.A.:

Acções da EDP - Energias de Portugal, S.A. detidas por titulares de Órgãos Sociais

| Conselho de Administração (1) | Nº acções 31-12-2016 | Aquisição | | Venda | | Nº acções 31-12-2017 |
|--|-------------------------|-----------|--------------------------|-------|--------------------------|-------------------------|
| | | Nº | Preço Médio Aquis. | Nº | Preço Médio Alien. | |
| António Manuel Lobo Gonçalves | 5.000 | - | - | 5.000 | 3,244 € | - |
| Nuno Vaz Ribeiro | - | - | - | - | - | - |
| Fernando Eirão Queiroga | - | - | - | - | - | - |
| Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral | - | 1.543 | 3,030 € | 1.543 | 3,220 € | - |
| Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa | - | 1.350 | 2,950 € | - | - | 1.350 |

Acções da EDP Renováveis, S.A. detidas por titulares de Órgãos Sociais

| Conselho de Administração (1) | Nº acções 31-12-2016 | Aquisição | | Venda | | Nº acções 31-12-2017 |
|--|-------------------------|-----------|--------------------------|-------|--------------------------|-------------------------|
| | | Nº | Preço Médio Aquis. | Nº | Preço Médio Alien. | |
| António Manuel Lobo Gonçalves | - | - | - | - | - | - |
| Nuno Vaz Ribeiro | - | - | - | - | - | - |
| Fernando Eirão Queiroga | - | - | - | - | - | - |
| Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral | - | - | - | - | - | - |
| Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa | - | - | - | - | - | - |

Obrigações da EDP - Energias de Portugal, S.A. detidas por titulares de Órgãos Sociais

| Conselho de Administração (1) | Nº obrigações 31-12-2016 | Aquisição | | Venda | | Nº obrigações 31-12-2017 |
|--|--------------------------------|-----------|--------------------------|-------|--------------------------|--------------------------------|
| | | Nº | Preço Médio Aquis. | Nº | Preço Médio Alien. | |
| António Manuel Lobo Gonçalves | - | - | - | - | - | - |
| Nuno Vaz Ribeiro | - | - | - | - | - | - |
| Fernando Eirão Queiroga | - | - | - | - | - | - |
| Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral | - | - | - | - | - | - |
| Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa | - | - | - | - | - | - |

(1) No seguimento da renúncia e respectiva cessação de funções em 10 de Novembro de 2017, do Vogal do Conselho de Administração António Cândido Monteiro Cabelreira, foi designado nessa mesma data, para o remanescente do triénio 2016/2018 em curso, o novo Vogal Nuno Vaz Ribeiro.

Art.º 397º, do Código das Sociedades Comerciais

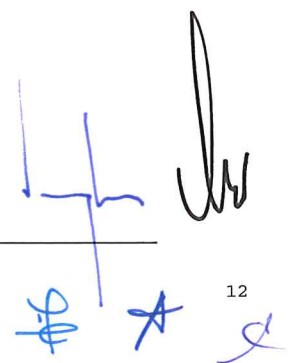
Relativamente aos seus administradores, a Eólica da Serra das Alturas não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efectuou pagamentos por sua conta, não prestou garantias a obrigações por si contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos de remuneração.

Art.º 66º, alínea d) e Art. 325º - A, nº1 do Código das Sociedades Comerciais

Durante o exercício de 2017 a Eólica da Serra das Alturas não adquiriu nem alienou acções próprias.
A 31 de Dezembro de 2017, a Eólica da Serra das Alturas não era detentora de acções próprias.


Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores:


Nos termos do n.º 5, alínea e) do artigo 66º e o artigo 397º, do código das sociedades comerciais, não se registaram em 2016 autorizações a membros do Conselho de Administração da Eólica da Serra das Alturas para a realização de negócios com a sociedade.



CADERNO FINANCEIRO

4





EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.

Demonstração dos Resultados
para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

| | Notas | 2017 (Euros) | 2016 (Euros) |
|---|-------|------------------|------------------|
| Receitas de vendas e serviços de energia e outros | 5 | 2 923 787 | 2 890 558 |
| Custo com vendas de energia e outros | 5 | - 2 505 | - 2 402 |
| | | <u>2 921 282</u> | <u>2 888 156</u> |
| Outros proveitos | 6 | 12 642 | - |
| Fornecimentos e serviços externos | 7 | - 335 215 | - 363 561 |
| Outros custos | 8 | - 77 062 | - 76 530 |
| | | <u>- 399 635</u> | <u>- 440 091</u> |
| | | 2 521 647 | 2 448 065 |
| Amortizações e imparidades | 9 | - 505 035 | - 626 473 |
| | | <u>2 016 612</u> | <u>1 821 592</u> |
| Custos financeiros | 10 | - 366 435 | - 419 123 |
| | | <u>- 366 435</u> | <u>- 419 123</u> |
| Resultado antes de impostos | | 1 650 177 | 1 402 469 |
| Impostos sobre lucros | 11 | - 351 776 | - 226 031 |
| Resultado líquido do período | | <u>1 298 401</u> | <u>1 176 438</u> |
| Resultado por acção (Básico)- euros | 17 | <u>25,97</u> | <u>23,53</u> |

PORTO, 26 de Fevereiro de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO
N.º 17.495

Alice Jorge

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Signature]
[Signature]
[Signature]

Alice

[Signature]

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.

Demonstração do rendimento integral para os períodos findos
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

| Euros | 2017 | 2016 |
|--|------------------|------------------|
| Resultado líquido do período | 1 298 401 | 1 176 438 |
| Outro rendimento integral do período (líquido de efeito fiscal) | - | - |
| Total do rendimento integral do período | <u>1 298 401</u> | <u>1 176 438</u> |

PORTO, 26 de Fevereiro de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO
N.º 17.495

Alice Jorge

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Signature]
[Signature]
[Signature]

[Signature]
[Signature]

EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.

Demonstração da Posição Financeira
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

| | Notas | 2017 (Euros) | 2016 (Euros) |
|--|-------|-------------------|-------------------|
| Activo | | | |
| Activos fixos tangíveis | 12 | 11 528 016 | 12 033 051 |
| Activos intangíveis | 13 | 286 143 | 228 868 |
| Activos por impostos diferidos | 14 | 201 259 | 196 125 |
| Devedores e outros activos de actividades comerciais | 15 | 48 669 | 50 867 |
| Total dos Activos Não Correntes | | 12 064 087 | 12 508 911 |
| Devedores e outros activos de actividades comerciais | 15 | 484 904 | 233 798 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 16 | 250 081 | 338 927 |
| Total dos Activos Correntes | | 734 985 | 572 725 |
| Total do Activo | | 12 799 072 | 13 081 636 |
| Capitais Próprios | | | |
| Capital | 17 | 50 000 | 50 000 |
| Prestações Suplementares | 17 | 1 337 139 | 1 337 139 |
| Reservas e resultados acumulados | 18 | 3 131 245 | 3 131 245 |
| Resultado líquido do período | 17 | 1 298 401 | 1 176 438 |
| Total dos Capitais Próprios | | 5 816 785 | 5 694 822 |
| Passivo | | | |
| Dívida financeira | 19 | 4 744 744 | 5 693 693 |
| Provisões | 20 | 519 056 | 514 808 |
| Impostos a pagar | 22 | - | 38 450 |
| Total dos Passivos Não Correntes | | 5 263 800 | 6 246 951 |
| Dívida financeira | 19 | 1 429 716 | 951 000 |
| Credores e outros passivos de actividades comerciais | 21 | 47 534 | 60 208 |
| Impostos a pagar | 22 | 241 237 | 128 655 |
| Total dos Passivos Correntes | | 1 718 487 | 1 139 863 |
| Total do Passivo | | 6 982 287 | 7 386 814 |
| Total dos Capitais Próprios e Passivo | | 12 799 072 | 13 081 636 |

PORTO, 26 de Fevereiro de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO
N.º 17.495

Alice 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Demonstração de alterações nos Capitais Próprios para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

euros

| | Total dos Capitais Próprios | Capital social | Prestações Suplementares | Reserva Legal | Reservas e resultados acumulados |
|---|-----------------------------------|----------------|-----------------------------|---------------|--|
| Saldos em 31 de Dezembro de 2015 | 5 068 384 | 50 000 | 1 337 139 | 33 388 | 3 647 857 |
| <i>Rendimento integral:</i> | | | | | |
| <i>Resultado líquido do período</i> | 1 176 438 | - | - | - | 1 176 438 |
| <i>Rendimento integral total do período</i> | 1 176 438 | - | - | - | 1 176 438 |
| <i>Pagamento de dividendos</i> | - 550 000 | - | - | - | - 550 000 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2016 | 5 694 822 | 50 000 | 1 337 139 | 33 388 | 4 274 295 |
| <i>Rendimento integral:</i> | | | | | |
| <i>Resultado líquido do período</i> | 1 298 401 | - | - | - | 1 298 401 |
| <i>Rendimento integral total do período</i> | 1 298 401 | - | - | - | 1 298 401 |
| <i>Pagamento de dividendos</i> | -1 176 438 | - | - | - | -1 176 438 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2017 | 5 816 785 | 50 000 | 1 337 139 | 33 388 | 4 396 258 |

PORTO, 26 de Fevereiro de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO
N.º 17.495

Alce 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Handwritten signatures of the Board of Directors, including names like António, Luís, João, Alce, and Paulo.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os períodos findos
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

| | 2017 (Euros) | 2016 (Euros) |
|---|-------------------|-------------------|
| Actividades Operacionais | | |
| Recebimentos de clientes | 2 716 082 | 2 924 209 |
| Pagamentos a fornecedores | - 328 081 | - 421 163 |
| Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional | - 80 321 | - 61 245 |
| Fluxo gerado pelas operações | 2 307 680 | 2 441 801 |
| Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento | - 330 393 | - 282 002 |
| Fluxo das Actividades Operacionais | 1 977 287 | 2 159 799 |
| Actividades de Investimento | | |
| Pagamentos: | | |
| Activos intangíveis | - 57 275 | - 56 898 |
| | - 57 275 | - 56 898 |
| Fluxo das Actividades de Investimento | - 57 275 | - 56 898 |
| Actividades de Financiamento | | |
| Recebimentos / (Pagamentos) de suprimentos | - 470 086 | - 948 949 |
| Juros de suprimentos e custos similares | - 362 334 | - 415 838 |
| Dividendos pagos i) | -1 176 438 | - 550 000 |
| | -2 008 858 | -1 914 787 |
| Fluxo das Actividades de Financiamento | -2 008 858 | -1 914 787 |
| Variação de caixa e seus equivalentes | - 88 846 | 188 114 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 338 927 | 150 813 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período (*) | 250 081 | 338 927 |

i) Ver demonstração de alterações nos capitais próprios.

(*) Ver detalhe da composição da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" na Nota 16 às Demonstrações Financeiras e reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da actividade de financiamento na Nota 28 às Demonstrações Financeiras.

PORTO, 26 de Fevereiro de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO
N.º 17.495

Alicia Joye

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

1. Actividade da Empresa

A EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A. (adiante designada "Empresa"), foi constituída por escritura pública celebrada em 2002 e tem a sua sede social em Boticas.

A Empresa tem por objecto social a promoção, construção, manutenção e exploração de instalações necessárias para a produção de energia eléctrica mediante aproveitamento de energia eólica.

As demonstrações financeiras da empresa são consolidadas pela EDP Energias de Portugal, S.A. com sede na Avenida 24 de Julho, nº12 em Lisboa, empresa mãe do Grupo EDP.

As demonstrações financeiras da empresa são também consolidadas pela EDP Renováveis, S.A. e pela EDP Renováveis Portugal, S.A. empresas mãe do Grupo EDP Renováveis e do Grupo EDP Renováveis Portugal, respectivamente.

O seu capital social é de 50.000 euros e encontra-se totalmente subscrito e realizado pelos seus acionistas: a EDP Renováveis Portugal, S.A. (50,1%) e os municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar contitulares das acções representativas de 49,9%.

Enquadramento regulatório das actividades em Portugal

As bases legais aplicáveis à geração de energia eléctrica com recursos renováveis encontram-se actualmente definidas pelo Decreto-Lei 189/88 de 27 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei 168/99 de 18 de Maio, o Decreto-Lei 312/2001 de 10 de Dezembro e o Decreto-Lei 339-C/2001 de 29 de Dezembro. O Decreto-Lei 33-A/2005 de 16 de Fevereiro estabelece os montantes actualmente utilizados na fórmula de remuneração aplicável à energia produzida através de recursos renováveis e os prazos para a aplicação dessa fórmula remunerativa.

A 28 de Fevereiro de 2013 o Governo Português publicou o Decreto Lei 35/2013 que preserva a estabilidade legal dos actuais contratos e protege os investimentos realizados pelos produtores eólicos na economia portuguesa. Os produtores eólicos poderão efectuar um investimento voluntário para obterem uma maior estabilidade remuneratória através da adesão a um novo esquema tarifário para o período após os actuais 15 anos definidos por lei. O valor total de investimento será utilizado para reduzir os custos gerais do sistema eléctrico português. Com o objectivo de maximizar a adesão dos promotores eólicos à extensão do período remuneratório, o Governo propôs aos promotores a possibilidade de optarem por um de quatro regimes, que incluem as seguintes condições: (i) diferentes preços máximos (Cap) e mínimos (Floor); (ii) diferentes durações no que respeita ao novo esquema tarifário após o período inicial de 15 anos; e consequentemente (iii) diferentes níveis de investimento (por MW) para aderir ao esquema tarifário eleito. A Empresa optou por uma prorrogação de 7 anos com a tarifa definida como o preço médio de mercado dos doze meses anteriores, com um floor de 74€/MWh e um cap de 98€/MWh actualizados de acordo com a inflação de 2021 em diante em troca de um pagamento de 5.800€/MW de 2013 a 2020.

O Ministério do Ambiente e Energia, publicou em 24 de Junho, o Decreto-Lei 94/2014, o qual permite o aumento da capacidade instalada dos parques eólicos até 20%. A produção adicional gerada a partir do aumento da capacidade terá uma remuneração fixa de 60 euros/MWh, enquanto que a restante produção continua a ser remunerada com a tarifa anterior.

Em 7 de Abril de 2015 foi publicada a Portaria 102/2015, a qual estabelece os procedimentos para a colocação adicional de energia e para autorização do sobre-equipamento de centros electroprodutores eólicos nos termos definidos anteriormente pelo Decreto-Lei nº 94/2014 de 24 de Junho.

As principais medidas introduzidas por esta legislação são: (i) a energia produzida pelos sobre-equipamentos (aumento do número de aerogeradores em parques já existentes) é remunerada a uma tarifa fixa de 60 euros/MWh; (ii) a energia correspondente à diferença entre os MW de capacidade instalada e os MW efectivamente injectados na rede são remunerados à tarifa de 60 euros/MWh; e (iii) reconhecimento do sobre-equipamento como um centro electroprodutor independente.

Foi publicada a 13 de Outubro de 2016 em Diário da República a Portaria n.º 268-B/2016, dirigida aos centros electroprodutores do regime especial que, para além da tarifa garantida (feed-in-tariff), receberam apoios públicos à promoção e ao desenvolvimento de energias renováveis no passado. Este normativo estabelece que estes centros electroprodutores devem devolver ao Sistema Eléctrico Nacional (SEN) os valores recebidos a fundo perdido, sendo esta devolução efetuada através da dedução do valor da venda de energia a pagar aos centros electroprodutores pelo comercializador de último recurso (CUR).

No dia 28 de Dezembro de 2016, foi publicada a Lei n.º 42/2016, em que o artigo 171º veio determinar que os apoios públicos à promoção e ao desenvolvimento das energias renováveis recebidos pelos centros electroprodutores elegíveis (à data) não deveria ser cumulável com as remunerações fixadas administrativamente auferidas por esses centros. Nesse sentido, este artigo determina a adopção, por via de portaria, de um mecanismo de dedução ou reposição dos apoios públicos recebidos nessas condições. Desta forma, a 16 de Fevereiro de 2017, foi publicada a Portaria n.º 69/2017, que determina a recuperação, a favor do SEN, desse montante alegadamente recebido em excesso, através da redução da tarifa garantida que o Comercializador de Último Recurso (CUR) lhes paga. Esta portaria vem replicar o conteúdo da Portaria n.º 268-B/2016 revogando-a.

Na sequência da Portaria 102/2015, de 7 de Abril, foi publicado o Despacho 7087/2017, de 14 de Agosto que determina que nos procedimentos para autorização do sobre-equipamento de centros electroprodutores [eólicos], antes de concluída a instrução, a Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG) tem que consultar a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), sobre os impactos para a tarifa da autorização relativa ao aumento de produção por parte do sobre-equipamento em causa, só devendo este ser autorizado caso não tenha efeitos negativos para o Sistema Eléctrico Nacional. No referido despacho, o Governo solicita ainda à DGEG a apresentação de uma proposta, no prazo de 60 dias, de revisão da legislação em vigor, que permite agora, através de um procedimento administrativo, a injeção da energia adicional na rede eléctrica, e remunerada em regime especial, com uma tarifa fixa de 60 euros Megawatt/hora (MWh), por considerar que este valor está acima do preço de mercado e o diferencial de preços estar a aumentar o défice tarifário. A central eólica já foi sobreequipada ao abrigo do anterior regime, pelo que este despacho não terá qualquer impacto.

2. Políticas contabilísticas**a) Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras da Empresa, agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações, para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 26 de Fevereiro de 2018 e são expressas em euros, arredondadas ao euro mais próximo.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras da Eólica de Alagoa, S.A. foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (U.E.). As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Empresa para os períodos findos a 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foram preparadas em conformidade com as IFRS tal como adoptados pela U.E. até 31 de Dezembro de 2017.

Tal como descrito na nota 26, a Empresa adoptou na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2017, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2017. As políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa na preparação das demonstrações financeiras, descritas nessa nota, foram adoptadas em conformidade. As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a empresa ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na nota 26.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2017, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2016.

Alteração em linhas apresentadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa

Com referência a 31 de Dezembro de 2017, a Empresa alterou o nome das linhas "Recebimentos/(Pagamentos) de empréstimos obtidos" e "Juros e custos similares incluindo derivados de cobertura" para "Recebimentos/pagamentos de suprimentos" e "Juros de suprimentos e custos similares". Para efeitos de comparabilidade, foi efectuada a devida alteração no período homólogo apresentado.

b) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

c) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual por parte do seu emissor, da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As prestações suplementares configuram um instrumento de capital próprio nos termos da IAS 32 na medida que nas actuais condições contratuais o accionista não pode por sua exclusiva iniciativa exigir o reembolso das mesmas e o Conselho de Administração não poderá deliberar sobre o seu reembolso.

d) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis da Empresa encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2009, a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor de aquisição determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos períodos.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos custo com a venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

| | Número de anos |
|--------------------|-------------------|
| Equipamento básico | 30 |

Nos termos previstos pelas IFRS, a estimativa das vidas úteis dos activos deve ser revista se as expectativas relativamente aos benefícios económicos esperados bem como ao uso técnico planeado dos activos diferirem das estimativas anteriores. As alterações que decorram nomeadamente nas depreciações do período, são contabilizadas de forma prospectiva.

No final de Dezembro de 2016, a Empresa procedeu à redefinição das vidas úteis dos seus activos de geração eólica de 25 para 30 anos (ver nota 3).

Os activos de ligação à rede constituem parte dos activos fixos tangíveis, com vida útil igual aos activos de geração a que estão associados, na medida em que os mesmos constituem um custo directamente atribuído para colocar o activo de produção na localização e condições necessárias para o mesmo funcionar da forma pretendida.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos directamente atribuíveis

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas directamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporados no custo dos activos.

e) Activos intangíveis

Os activos intangíveis da Empresa encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos custos com a venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Pagamentos por extensão do período tarifário de acordo com o Decreto-Lei 35/2013

Os pagamentos efectuados por conta da adesão ao Decreto-Lei 35/2013 são contabilizados como activo intangível em curso a ser amortizado com base no método das quotas constantes pelo período de 7 anos a partir da data em que cesse o período regulatório máximo de 15 anos aplicável a cada parque.

f) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas na demonstração da posição financeira deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

g) Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento de centros electroprodutores

A Empresa constitui provisões com estes fins quando existe uma obrigação legal ou contratual ou construtiva no final da vida útil dos activos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nos centros electroprodutores para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos onde estes se encontram. Estas provisões são calculadas, com base numa estimativa do valor actual das respectivas responsabilidades futuras e são registadas por contrapartida dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses activos.

Os pressupostos utilizados para o cálculo das provisões são definidos tendo por base os materiais das respectivas torres, as estimativas relativamente ao custo de desmantelamento por MW, valor residual por MW, vida útil remanescente das centrais eólicas e com base nas taxas de desconto que reflectem o risco específico desta responsabilidade.

Os pressupostos utilizados para o cálculo das provisões para 2017 e 2016, foram os seguintes:

| | |
|--|-------------------|
| Torres de betão | |
| Custo médio por MW (Euros) | 33.954 |
| Valor residual do equipamento por MW (Euros) | 19.787 |
| Taxa de desconto | [0,812% - 0,888%] |
| Taxa de Inflação | [1,861%] |

Considerando que, no final de Dezembro de 2016, a Empresa procedeu à redefinição das vidas úteis dos activos de geração eólica (parques eólicos) de 25 para 30 anos (ver notas 2d e 3), o número de anos de capitalização da provisão para desmantelamento e descomissionamento foi alterado para 30 anos com efeitos em Dezembro de 2016.

Numa base anual, a provisão é sujeita a uma revisão, de acordo com a estimativa das responsabilidades com o desmantelamento e descomissionamento futuro. Neste sentido, o departamento técnico da EDPR efectuou em 2016 uma análise profunda considerando a realidade dos parques da EDPR que resultou na actualização, naquele ano, do custo médio por megawatt e do valor residual dos activos das energias renováveis. Não existiram alterações significativas nas variáveis utilizadas para determinar a melhor estimativa do valor a liquidar com referência a 31 de Dezembro de 2017.

A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida em resultados.

h) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de devedores e outros activos de actividades comerciais ou credores e outros passivos de actividades comerciais, conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de energia eólica mensurados ao justo valor da energia a receber, líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

O rédito relativo às vendas de energia eólica é reconhecido no período em que a electricidade é gerada e transferida para a EDP Serviço Universal, S.A. nos termos definidos na lei, mensalmente e baseada em contagens reais de consumo.

i) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos e os juros recebidos de aplicações efectuadas.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos períodos.

j) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e dos impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Em conformidade com o estabelecido na IAS 12, a Empresa procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- (i) a sociedade em causa tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e
- (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou sobre diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, nos períodos futuros em que se espera que os impostos diferidos sejam liquidados ou recuperados.

k) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas da Empresa pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número médio de acções próprias detidas pela Empresa, se aplicável.

l) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito. Inclui ainda outros investimentos de curto prazo, de elevada liquidez, de risco insignificante de alteração de valor e convertíveis em caixa.

m) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros recebidos como actividades de investimento.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS requerem que sejam efectuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, custos e proveitos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos custos e proveitos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Empresa são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 2 - Políticas Contabilísticas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Empresa os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Redefinição das vidas úteis dos activos afectos à produção

A Empresa revê anualmente a razoabilidade da vida útil dos seus activos de geração eólica para que a mesma seja consistente com a vida técnica e económica dos mesmos, tendo em consideração a sua capacidade tecnológica e limitações impostas pela legislação, e altera prospectivamente a taxa de amortização do período com base na revisão realizada.

No final de Dezembro de 2016, o Grupo EDP Renováveis procedeu à redefinição das vidas úteis dos activos de geração eólica (parques eólicos) estendendo a mesma de 25 para 30 anos. A redefinição da vida útil dos activos de geração eólica foi efectuada tendo por base estudos técnicos (internos e de perito independente), financeiros, económicos e outros factores como, restrições regulatórias e/ou contratuais. Tendo como base estes estudos, concluiu-se que a vida útil apurada embora tenha alguma variação por activo, em virtude das especificidades de cada infraestrutura, foi considerado razoável e apropriado utilizar o padrão de 30 anos para todo o portfólio.

Na sequência da alteração da vida útil de 25 para 30 anos dos activos de geração eólica, as amortizações para o período de 2017 diminuíram aproximadamente 121 mil euros.

Impostos sobre os lucros

A Empresa encontra-se sujeita ao pagamento de imposto sobre os lucros em Portugal. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Empresa, durante um período de quatro anos. No caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis, esse período é de doze anos para períodos de tributação iniciados a partir de 2014 e de cinco anos para os períodos de 2012 e 2013. Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em, ou após Janeiro de 2017 terão o prazo de reporte reduzido para cinco períodos de tributação. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento de centros electroprodutores

A Empresa considera existirem obrigações legais, contratuais ou construtivas relativamente ao desmantelamento e descomissionamento de activos fixos tangíveis afectos à actividade de produção de energia eólica. A Empresa constitui provisões de acordo com as respectivas obrigações existentes para fazer face ao valor presente das respectivas despesas estimadas com a reposição dos respectivos locais e dos terrenos onde se encontram localizados os centros electroprodutores. Para efeitos do cálculo das referidas provisões são efectuadas estimativas do valor presente das responsabilidades futuras.

O uso de diferentes pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos pode ter produzido resultados diferentes dos que foram considerados.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

Gestão do risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro da Empresa é gerido centralmente pelas Direcções de Gestão Financeira do Grupo EDPR e Grupo EDP, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

A política de gestão do risco tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição ao risco de taxa de juro resultante de flutuações de mercado. Desta forma, a exposição da Empresa ao risco de taxa de juro resulta exclusivamente dos financiamentos obtidos junto dos seus accionistas.

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez encontra-se centralizada na Direcção de Gestão Financeira do Grupo EDPR e Grupo EDP. Neste contexto, são contratadas e mantidas linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras, nacionais e internacionais, que permitem o acesso imediato a fundos, conforme as necessidades da Empresa. A Empresa como parte integrante do Grupo EDPR e do Grupo EDP, tem acesso a estes meios de financiamento imediato, por via da obtenção de suprimentos concedidos pelos seus accionistas.

Gestão do risco de crédito de contraparte

Com referência a 31 de Dezembro de 2017 a exposição da Eólica da Serra das Alturas, S.A. a risco de crédito de contraparte, respeita essencialmente ao valor das receitas com vendas de energia, cuja contraparte é a EDP Serviço Universal S.A., pelo que o risco de crédito é considerado como não significativo.

A Empresa considera que o valor que melhor representa a sua exposição ao risco de crédito corresponde ao valor contabilístico a receber dos devedores e outros activos de actividades comerciais e outros devedores líquido de perdas por imparidade registadas, pelo que, com referência a 31 de Dezembro de 2017, a exposição máxima ao risco de crédito de devedores e outros activos de actividades comerciais encontra-se detalhado na nota 15.

5. Receitas de vendas e serviços de energia e outros

A análise da rubrica de **Receitas de vendas e serviços de energia e outros**, por sector de actividade, é a seguinte:

Receitas de vendas e serviços de energia e outros:
Energia eléctrica e acessos (nota 24)

Custo com vendas de energia e outros:
Custos com electricidade

| Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro |
|------------------|------------------|
| 2 923 787 | 2 890 558 |
| 2 923 787 | 2 890 558 |
| Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro |
| 2 505 | 2 402 |
| 2 505 | 2 402 |

6. Outros proveitos

A rubrica de **Outros proveitos** é analisada como segue:

| | Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro |
|--------|------------------|------------------|
| Outros | 12 642 | - |
| | <u>12 642</u> | <u>-</u> |

A rubrica de Outros, respeita a recebimentos de indemnizações concedidas pela ENERCON GMH Sucursal em Portugal, S.A, resultante da inspeção e reparação aos cabos de pré-esforço.

7. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de **Fornecimentos e serviços externos** é analisada como segue:

| | Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Rendas e alugueres | 36 635 | 37 102 |
| Seguros | 18 745 | 19 379 |
| Conservação e reparação i) | 266 765 | 296 957 |
| Outros serviços especializados | 11 527 | 8 403 |
| Outros fornecimentos e serviços | 1 543 | 1 720 |
| | <u>335 215</u> | <u>363 561</u> |

i) Os montantes registados na rubrica de conservação e reparação estão relacionados com os custos de operação e manutenção nas centrais eólicas.

8. Outros custos

A rubrica de **Outros custos** é analisada como segue:

| | Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro |
|--|------------------|------------------|
| Rendas de centros electroprodutores i) | 73 095 | 72 264 |
| Impostos directos e indirectos ii) | 3 967 | 4 266 |
| | <u>77 062</u> | <u>76 530</u> |

i) A rubrica de Rendas de centros electroprodutores compreende os montantes pagos aos municípios onde as centrais eólicas se encontram instaladas, pela concessão da produção de energia eólica. Estes pagamentos correspondem, a 2,5% das vendas de energia eléctrica.

ii) O valor apresentado na rubrica de Impostos directos e indirectos refere-se essencialmente ao valor do IMI.

9. Amortizações e imparidades

A rubrica de **Amortizações e Imparidades** é analisada como segue:

| | Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro |
|---|------------------|------------------|
| Amortizações de activos fixos tangíveis: | | |
| Equipamento básico: | | |
| Produção eólica (nota 12) | 476 467 | 589 820 |
| Distribuição de Electricidade (nota 12) | 28 568 | 36 653 |
| | <u>505 035</u> | <u>626 473</u> |

A diminuição na rubrica de amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis respeita à revisão da vida útil dos activos de geração eólica no final de Dezembro de 2016, conforme apresentado nas notas 2d e 3).

10. Custos financeiros

A rubrica de **Custos financeiros** é analisada como segue:

| | Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro |
|--|------------------|------------------|
| Custos financeiros: | | |
| Juros de empréstimos (nota 24) | 361 586 | 415 248 |
| Serviços bancários | 601 | 297 |
| "Unwinding" - Provisões para desmantelamento (nota 20) | 4 248 | 3 578 |
| | <u>366 435</u> | <u>419 123</u> |

11. Impostos sobre os lucros

As taxas nominais de impostos aplicáveis em Portugal em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, variam entre 21% e 29,5%.

De acordo com a legislação em vigor, em termos gerais o imposto sobre os lucros de um período está sujeito à revisão e correcção por parte da administração fiscal durante um período subsequente de 4 anos. Os prejuízos fiscais apurados num determinado período estão também sujeitos a revisão e correcção e podem ser deduzidos aos lucros tributáveis nos anos seguintes nos seguintes termos: nos 5 anos seguintes para prejuízos fiscais apurados em 2012, 2013 e 2017, nos 12 anos seguintes para prejuízos apurados em 2014, 2015 e 2016. Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em, ou após Janeiro de 2017 terão o prazo de reporte reduzido para cinco períodos de tributação. Contudo, a dedução de prejuízos fiscais apurados está limitada a 70% do lucro tributável do período.

A política de preços de transferência toma em consideração as regras, as orientações e as melhores práticas no estrito cumprimento da letra e do espírito da lei.

Alterações legislativas com relevância

Em Portugal, a Lei do Orçamento do Estado para 2016 (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março) reduziu o período de reporte de prejuízos fiscais de 12 para 5 anos, para os prejuízos fiscais apurados em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2017.

Adicionalmente, segundo a Lei do Orçamento do Estado para 2018 (Lei n.º 114/2017, de 29 de Dezembro), que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2018, a taxa máxima de derrama estadual, aplicável ao lucro tributável superior a 35 milhões de euros, aumentou de 7% para 9%.

A análise da **Provisão para impostos sobre lucros** é a seguinte:

Provisão para impostos sobre lucros:

Imposto corrente do período
Imposto corrente de períodos anteriores
Imposto diferido (nota 14)

| Dez 2017 | Dez 2016 |
|------------------|------------------|
| Euro | Euro |
| - 356 910 | - 411 882 |
| - | - 16 |
| 5 134 | 185 867 |
| - 351 776 | - 226 031 |

A diferença entre o imposto teórico e efectivo, decorre da aplicação das disposições previstas na lei, na determinação da base tributável, conforme se demonstra de seguida.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, em 2017 e 2016, é analisada como segue:

| | Dez 2017 | | | Dez 2016 | | |
|---|--------------|------------------|----------------|--------------|------------------|----------------|
| | Taxa % | Base Fiscal Euro | Imposto Euro | Taxa % | Base Fiscal Euro | Imposto Euro |
| Taxa e imposto nominal sobre os lucros | 21,0% | 1 650 177 | 346 537 | 21,0% | 1 402 469 | 294 518 |
| Reavaliação fiscal de activos | 0,0% | - | - | -5,0% | - 332 314 | - 69 786 |
| Efeito da derrama estadual | 0,3% | 24 948 | 5 239 | 0,0% | - | - |
| Outros ajustamentos e alterações de estimativas | 0,0% | - | - | 0,1% | 6 186 | 1 299 |
| Taxa e imposto efectivo sobre os lucros | 21,3% | 1 675 125 | 351 776 | 16,1% | 1 076 341 | 226 031 |

Por ter sede social no Município de Boticas, a Empresa encontra-se isenta de pagamento de derrama, ao abrigo do Regulamento Municipal.

Em 2016, o Governo concedeu uma autorização legislativa com vista à introdução de um regime facultativo de reavaliação para efeitos fiscais dos activos fixos tangíveis e propriedades de investimento, que veio a efectivar-se com a publicação do Decreto-Lei 66/2016 em 3 de Novembro de 2016. Este decreto permitiu aos sujeitos passivos de IRC ou IRS com contabilidade organizada reavaliar o seu activo fixo afecto ao exercício de uma actividade comercial ou industrial que cumprisse determinados pressupostos. A reavaliação foi efectuada por aplicação, ao custo de aquisição ou equivalente, dos coeficientes de desvalorização monetária estabelecidos pela Portaria n.º 400/2015, de 6 de Novembro, tendo como limite o valor de mercado de cada elemento. A opção por este regime estabelecido no referido decreto-lei, implica uma tributação autónoma especial equivalente a 14 % do valor da reserva de reavaliação sem possibilidade de qualquer dedução.

A opção por este regime estabelecido no referido decreto-lei, implica uma tributação autónoma especial equivalente a 14 % do valor da reserva de reavaliação sem possibilidade de qualquer dedução.

A tributação autónoma especial foi liquidada pelo sujeito passivo em declaração de modelo oficial, em 2 partes iguais, em Dezembro dos anos de 2016 e 2017, restando uma parte a pagar em Dezembro de 2018.

Em 2016, a rubrica Reavaliação fiscal de activos respeita ao efeito líquido da reavaliação fiscal de activos elegíveis detidos pela Empresa, nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de Novembro, o que levou a um aumento na sua base fiscal de 823.920 euros. Em consequência a Empresa reconheceu activos por impostos diferidos de 185.135 euros (nota 14) que serão recuperados pela dedução fiscal da reserva de reavaliação inerente aos activos reavaliados a amortizar em 8 anos a partir de 2018. A reserva de reavaliação fiscal foi tributada em 2016 a uma taxa de 14% (o montante apurado é liquidado em três prestações iguais, tendo a primeira vencida em 20 de Dezembro de 2016, a segunda em 15 de Dezembro de 2017 e a terceira irá vencer em 15 de Dezembro de 2018) e reconhecido o correspondente imposto corrente no montante total de 115.349 euros. Consequentemente o efeito líquido desta reavaliação no resultado do período é de aproximadamente de 70 mil euros.

12. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

| | Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro |
|--|-------------------|-------------------|
| Valor bruto: | | |
| Equipamento básico: | | |
| Produção eólica | 15 872 643 | 15 872 643 |
| Distribuição de electricidade | 911 119 | 911 119 |
| | <u>16 783 762</u> | <u>16 783 762</u> |
| Amortizações acumuladas e imparidade: | | |
| Amortizações do período (nota 9) | - 505 035 | - 626 473 |
| Amortizações acumuladas de períodos anteriores | -4 750 711 | -4 124 238 |
| | <u>-5 255 746</u> | <u>-4 750 711</u> |
| Valor líquido contabilístico | <u>11 528 016</u> | <u>12 033 051</u> |

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano de 2017, para a empresa, são analisados como segue:

| | Saldo em 1 Janeiro Euro | Adições Euro | Imparidade Euro | Alienações/ Abates Euro | Transfe rências Euro | Provisão para desmantelam ento Euro | Saldo em 31 Dezembro Euro |
|---------------------------------|-------------------------------|------------------|--------------------|-------------------------------|----------------------------|--|---------------------------------|
| Valor bruto: | | | | | | | |
| Produção eólica | 15 872 643 | - | - | - | - | - | 15 872 643 |
| Distribuição de electricidade | 911 119 | - | - | - | - | - | 911 119 |
| | <u>16 783 762</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>16 783 762</u> |
| Amortizações acumuladas: | | | | | | | |
| Produção eólica | -4 487 122 | - 476 467 | - | - | - | -4 963 589 | |
| Distribuição de electricidade | - 263 589 | - 28 568 | - | - | - | - 292 157 | |
| | <u>-4 750 711</u> | <u>- 505 035</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-5 255 746</u> | |

A redução das amortizações do período deve-se ao facto de a Empresa ter revisto a vida útil de 25 para 30 anos (ver nota 9), no final de Dezembro de 2016.

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano de 2016, para a empresa, são analisados como segue:

| | Saldo em 1 Janeiro Euro | Adições Euro | Imparidade Euro | Alienações/ Abates Euro | Transfe rências Euro | Provisão para desmantelam ento Euro | Saldo em 31 Dezembro Euro |
|-------------------------------|-------------------------------|-----------------|--------------------|-------------------------------|----------------------------|--|---------------------------------|
| Valor bruto: | | | | | | | |
| Produção eólica | 15 518 296 | - | - | - | - | 354 347 | 15 872 643 |
| Distribuição de electricidade | 911 119 | - | - | - | - | - | 911 119 |
| | <u>16 429 415</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>354 347</u> | <u>16 783 762</u> |

O aumento da provisão para desmantelamento em 2016, é resultante do impacto da alteração dos pressupostos de cálculo do custo de desmantelamento. Ver notas 2g e 20.

| | Saldo em 1 Janeiro Euro | Amortização Euro | Imparidade Euro | Alienações/ Abates Euro | Transfe rências Euro | Saldo em 31 Dezembro Euro |
|---------------------------------|-------------------------------|---------------------|--------------------|-------------------------------|----------------------------|---------------------------------|
| Amortizações acumuladas: | | | | | | |
| Produção eólica | -3 897 302 | - 589 820 | - | - | - | -4 487 122 |
| Distribuição de electricidade | - 226 936 | - 36 653 | - | - | - | - 263 589 |
| | <u>-4 124 238</u> | <u>- 626 473</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-4 750 711</u> |

13. Activos Intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

| | Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| Valor bruto: | | |
| Activos intangíveis em curso | 286 143 | 228 868 |
| | <u>286 143</u> | <u>228 868</u> |
| Valor líquido contabilístico | <u>286 143</u> | <u>228 868</u> |

A rubrica Activos Intangíveis em curso respeita aos pagamentos efectuados no âmbito da opção de estender o período tarifário, de acordo com o Decreto-Lei 35/2013, de 28 de Fevereiro, os quais são contabilizados como activos intangíveis em curso durante o período de pagamento (2013-2020). Esses activos serão amortizados durante um período de 7 anos, a partir de 2021, o que corresponde ao período em que os benefícios económicos associados a esses pagamentos fluirão para a empresa.

Os movimentos da rubrica de Activos intangíveis durante o ano de 2017, são analisados como segue:

| | Saldo em 1 Janeiro Euro | Adições Euro | Alienações/ Abates Euro | Saldo em 31 Dezembro Euro |
|------------------------------|-------------------------------|-----------------|-------------------------------|---------------------------------|
| Valor bruto: | | | | |
| Activos intangíveis em curso | 228 868 | 57 275 | - | 286 143 |
| | <u>228 868</u> | <u>57 275</u> | <u>-</u> | <u>286 143</u> |

Os movimentos da rubrica de Activos intangíveis durante o ano de 2016, são analisados como segue:

| | Saldo em 1 Janeiro Euro | Adições Euro | Alienações/ Abates Euro | Saldo em 31 Dezembro Euro |
|------------------------------|-------------------------------|-----------------|-------------------------------|---------------------------------|
| Valor bruto: | | | | |
| Activos intangíveis em curso | 171 970 | 56 898 | - | 228 868 |
| | <u>171 970</u> | <u>56 898</u> | <u>-</u> | <u>228 868</u> |

14. Impostos diferidos activos e passivos

A empresa regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

| | Impostos Diferidos Activos | | Impostos Diferidos Passivos | |
|--|----------------------------|------------------|-----------------------------|------------------|
| | Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro | Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro |
| Provisões | 16 124 | 10 990 | - | - |
| Reavaliação fiscal de activos (nota 11) i) | 185 135 | 185 135 | - | - |
| | <u>201 259</u> | <u>196 125</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |

i) A 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Reavaliação fiscal de activos respeita a activos por impostos diferidos apurados sobre a reserva de reavaliação fiscal em activos elegíveis detidos pela Empresa, nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de Novembro ao qual a Empresa aderiu (ver nota 11).

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, para os períodos de 2017 e 2016, são os seguintes:

| | Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| Saldo em 1 de Janeiro | | |
| Dotação a resultados (nota 11) | 196 125 | 10 258 |
| | <u>5 134</u> | <u>185 867</u> |
| Saldo em 31 de Dezembro | <u>201 259</u> | <u>196 125</u> |

O aumento do imposto diferido activo, em 2016, deve-se essencialmente ao facto da empresa ter registado imposto diferido activo relativamente à reavaliação fiscal dos seus activos tangíveis de acordo com o Decreto Lei 66/2016 (185.135 euros).

15. Devedores e outros activos de actividades comerciais

A rubrica de **Devedores e outros activos de actividades comerciais** é analisada como segue:

| | Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro |
|---|------------------|------------------|
| Devedores e outros activos de actividades comerciais - Não corrente: | | |
| Custos diferidos - Rendas de terrenos i) | 48 669 | 50 867 |
| | <u>48 669</u> | <u>50 867</u> |
| Devedores e outros activos de actividades comerciais - Corrente: | | |
| Clientes ii) | 453 615 | 198 138 |
| Outros Devedores e outras operações diversas iii) | 31 289 | 35 660 |
| | <u>484 904</u> | <u>233 798</u> |

i) A rubrica de Custos diferidos - Rendas de terrenos refere-se às rendas de terrenos pagas antecipadamente sobre os terrenos onde se encontra localizada a central eólica.

ii) A rubrica de Clientes é composta na sua totalidade pelas vendas de energia ao comercializador de último recurso (EDP Serviço Universal, S.A.) no montante de 453.615 euros (31 de Dezembro de 2016: 198.138 euros) referentes ao mês de Dezembro (nota 24).

iii) A rubrica de Outros devedores e outras operações diversas inclui o montante de 8.616 euros (31 de Dezembro de 2016: 8.593 euros) referente a rendas de terrenos onde se encontra instalada a central eólica e custos diferidos com seguros no montante de 7.674 euros (2016: 8.163 euros).

16. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de **Caixa e equivalentes de caixa** é analisada como segue:

| | Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro |
|-----------------------------|------------------|------------------|
| Depósitos bancários: | | |
| Depósitos à ordem | 250 081 | 338 927 |
| | <u>250 081</u> | <u>338 927</u> |

17. Capital e Prestações suplementares

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o capital da Eólica da Serra das Alturas, S.A. encontra-se totalmente subscrito e realizado, ascendendo a 50.000 euros.

O capital social é representado por 50.000 acções, com valor nominal de 1 euro cada uma. Actualmente, o seu capital social é detido pelas seguintes entidades e nas correspondentes percentagens:

| | Dez 2017 | Dez 2016 |
|--|----------|----------|
| EDP Renováveis Portugal, S.A. | 50,1% | 50,1% |
| Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar (1/6 cada) | 49,9% | 49,9% |

Os resultados por acção são analisados como segue:

| | Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro |
|---------------------------------------|------------------|------------------|
| Resultado líquido em euros | 1 298 401 | 1 176 438 |
| Nº médio de acções durante o período | 50 000 | 50 000 |
| Resultado por acção - Básico em euros | <u>25,97</u> | <u>23,53</u> |

A rubrica de **Prestações suplementares** é analisada como segue:

| | Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro |
|--|------------------|------------------|
| EDP Renováveis Portugal, S.A. | 669 907 | 669 907 |
| Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar (1/6 cada) | 667 232 | 667 232 |
| | <u>1 337 139</u> | <u>1 337 139</u> |

As rubricas de **Capital e Prestações suplementares** são analisadas como segue:

| | Capital social | Prestações suplementares |
|-------------------------|----------------|-----------------------------|
| Saldo em 1 de Janeiro | 50 000 | 1 337 139 |
| Movimentos do período | - | - |
| Saldo em 31 de Dezembro | <u>50 000</u> | <u>1 337 139</u> |

18. Reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

| | Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro |
|---|------------------|------------------|
| Reserva legal | 33 388 | 33 388 |
| Outras reservas e resultados acumulados | 3 097 857 | 3 097 857 |
| | <u>3 131 245</u> | <u>3 131 245</u> |

Reserva legal

Em conformidade com o Art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Outras reservas e resultados acumulados

O resultado líquido do período de 2016, no montante de 1.176.438,31 euros, foi distribuído aos accionistas sob a forma de dividendos, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral, constante da Acta nº 22 de 31 de Março de 2017.

19. Dívida financeira

Esta rubrica é analisada como segue:

| | Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| Empréstimos - Não corrente: | | |
| Suprimentos contraídos (nota 24) | 4 744 744 | 5 693 693 |
| | <u>4 744 744</u> | <u>5 693 693</u> |
| Empréstimos - Corrente: | | |
| Suprimentos contraídos (nota 24) | 1 429 812 | 948 949 |
| Juros a pagar suprimentos (nota 24) | 1 904 | 2 051 |
| | <u>1 429 716</u> | <u>951 000</u> |
| | <u>6 174 460</u> | <u>6 644 693</u> |

A variação na rubrica de Suprimentos contraídos deve-se ao reembolso parcial efectuado pela Empresa no montante de 470.086 euros ao accionista EDPR PT.

A dívida, por maturidade é analisada como segue:

| | Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro |
|--------------------------|------------------|------------------|
| Dívida financeira | | |
| Até 1 ano | 1 429 716 | 951 000 |
| De 1 ano a 5 anos | 3 795 796 | 3 795 796 |
| A mais de 5 anos | 948 948 | 1 897 897 |
| | <u>6 174 460</u> | <u>6 644 693</u> |

O justo valor da dívida da Eólica da Serra das Alturas é analisado como segue:

| | Dez 2017 Euro | | Dez 2016 Euro | |
|--------------------------|----------------------|------------------|----------------------|------------------|
| | Valor Contabilístico | Valor de Mercado | Valor Contabilístico | Valor de Mercado |
| Dívida financeira | | | | |
| Corrente | 1 429 716 | 1 725 876 | 951 000 | 948 949 |
| Não corrente | 4 744 744 | 5 120 489 | 5 693 693 | 6 385 744 |
| | <u>6 174 460</u> | <u>6 846 365</u> | <u>6 644 693</u> | <u>7 334 693</u> |

O valor de mercado dos empréstimos é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas de juro de mercado em vigor à data da demonstração da posição financeira, adicionados da melhor estimativa, à mesma data, das condições de mercado aplicáveis à dívida financeira da Empresa.

À data de 31 de Dezembro de 2017, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos, são analisados como segue:

| | 2018 Euro | 2019 Euro | 2020 Euro | 2021 Euro | 2022 Euro | Anos seguintes Euro | Total Euro |
|----------------------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------------|------------------|
| Dívida financeira - Corrente | 1 429 716 | - | - | - | - | - | 1 429 716 |
| Dívida financeira - Não corrente | - | 948 949 | 948 949 | 948 949 | 948 949 | 948 948 | 4 744 744 |
| | <u>1 429 716</u> | <u>948 949</u> | <u>948 949</u> | <u>948 949</u> | <u>948 949</u> | <u>948 948</u> | <u>6 174 460</u> |

Os suprimentos contraídos, corrente e não corrente, têm as seguintes condições e prazos:

| | Em dívida Euro | Início | Fim (Previsto) | Tipo de Taxa | Taxa |
|-------------------------------|-------------------|------------|----------------|-----------------------------|---------|
| EDP Renováveis Portugal, S.A. | 5 866 073 | 01-02-2008 | 30-12-2023 | Mid Swaps 10A + 1,5% (Fixa) | 5,4950% |
| EDP Renováveis Portugal, S.A. | 306 483 | 08-11-2011 | 30-12-2023 | Mid Swaps 10A + 4,1% (Fixa) | 6,6585% |
| | <u>6 172 556</u> | | | | |

20. Provisões

A rubrica de **Provisões** é analisada como segue:

Provisão para desmantelamento

| Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro |
|------------------|------------------|
| 519 056 | 514 808 |
| <u>519 056</u> | <u>514 808</u> |

O movimento da Provisão para desmantelamento é analisado como segue:

Saldo em 1 de Janeiro
"Unwinding" - Provisão para desmantelamento (Nota 10)
Dotação do período i)

| Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro |
|------------------|------------------|
| 514 808 | 156 883 |
| 4 248 | 3 578 |
| - | 354 347 |
| <u>519 056</u> | <u>514 808</u> |

Saldo em 31 de Dezembro

i) A dotação do período de 2016 deveu-se à actualização dos pressupostos do cálculo desta provisão (ver nota 2g e 12).

21. Credores e outros passivos de actividades comerciais

A rubrica de **Credores e outros passivos de actividades comerciais** é analisada como segue:

Credores e outros passivos de actividades comerciais - Corrente:

Fornecedores
Rendas de concessão
Custos especializados com fornecimentos
Credores - Empresas do Grupo (nota 24)

| Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro |
|------------------|------------------|
| 30 197 | 53 105 |
| 16 326 | - |
| - | 971 |
| 1 011 | 6 132 |
| <u>47 534</u> | <u>60 208</u> |

22. Impostos a pagar

A rubrica de **Impostos a pagar** é analisada como segue:

Impostos a pagar - Não corrente:

Tributação autónoma sobre reavaliações i)

Impostos a pagar - Corrente:

Imposto sobre o rendimento
Tributação autónoma sobre reavaliações i)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

| Dez 2017 Euro | Dez 2016 Euro |
|------------------|------------------|
| - | 38 450 |
| - | 38 450 |
| 75 200 | 10 235 |
| 38 450 | 38 450 |
| 127 587 | 79 970 |
| <u>241 237</u> | <u>128 655</u> |
| <u>241 237</u> | <u>167 105</u> |

i) O valor da rubrica Tributação autónoma sobre reavaliações diz respeito ao valor a pagar até 2018, resultante da reavaliação fiscal de activos de acordo com o Decreto Lei 66/2016 de 03 de Novembro.

Handwritten signature and initials in blue ink, along with a blue star symbol.

23. Compromissos

Não existem garantias financeiras e reais prestadas pela Empresa a terceiros, nem por terceiros à Empresa a 31 de Dezembro de 2017 e 2016.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as restantes obrigações de compra (que não figuram no Balanço), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

| | | Dez 2017 | | | | |
|----------------------|------------------|------------------------------|------------------|------------------|------------------|--|
| | | Capital em dívida no período | | | | |
| | Total | Menos de 1 ano | Entre 1 e 3 anos | Entre 3 e 5 anos | Mais de 5 anos | |
| | Euro | Euro | Euro | Euro | Euro | |
| Obrigações de compra | 3 460 374 | 361 364 | 845 473 | 774 642 | 1 478 895 | |
| | <u>3 460 374</u> | <u>361 364</u> | <u>845 473</u> | <u>774 642</u> | <u>1 478 895</u> | |
| | | Dez 2016 | | | | |
| | | Capital em dívida no período | | | | |
| | Total | Menos de 1 ano | Entre 1 e 3 anos | Entre 3 e 5 anos | Mais de 5 anos | |
| | Euro | Euro | Euro | Euro | Euro | |
| Obrigações de compra | 3 922 923 | 436 483 | 830 848 | 808 630 | 1 846 962 | |
| | <u>3 922 923</u> | <u>436 483</u> | <u>830 848</u> | <u>808 630</u> | <u>1 846 962</u> | |

As obrigações de compra respeitam essencialmente a contratos de operação e manutenção, que a 31 de Dezembro de 2017 ascende a 2.513.963 euros (31 de Dezembro de 2016: 2.881.860 euros), arrendamento de terrenos que a 31 de Dezembro de 2017 ascende a 771.471 euros (31 de Dezembro de 2016: 779.099 euros) e aos pagamentos futuros devidos pela adesão ao esquema de remuneração prevista no Decreto Lei 35/2013 no montante de 172.086 euros (31 de Dezembro de 2016: 228.752).

24. Partes relacionadasRemuneração dos Órgãos Sociais

A rubrica de Remuneração dos Órgãos Sociais é analisada como segue:

| | Dez 2017 | Dez 2016 |
|--------------------|--------------|--------------|
| | Euro | Euro |
| Fiscal único / ROC | 7 256 | 7 256 |
| | <u>7 256</u> | <u>7 256</u> |

Os órgãos do Conselho de Administração não são remunerados.

Os custos com revisão legal encontram-se registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos (nota 7).

No desenvolvimento normal da sua actividade, a Empresa estabelece transacções comerciais e operações com outras empresas do Grupo EDP cujos termos reflectem condições normais de mercado.

Saldos e transacções com Empresas do Grupo

Os créditos detidos sobre Empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2017, são analisados como segue:

| | Out. Créditos | Total |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| | Detidos | |
| | Euro | Euro |
| Empresas | | |
| EDP Serviço Universal, S.A. (nota 15) | 453 615 | 453 615 |
| | <u>453 615</u> | <u>453 615</u> |

Os créditos detidos sobre Empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2016, são analisados como segue:

| | Out. Créditos | Total |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| | Detidos | |
| | Euro | Euro |
| Empresas | | |
| EDP Serviço Universal, S.A. (nota 15) | 198 138 | 198 138 |
| | <u>198 138</u> | <u>198 138</u> |

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos a
31 de Dezembro de 2017 e 2016

Os débitos detidos sobre Empresas do Grupo a 31 de Dezembro de 2017, são analisados como segue:

| | Empréstimos Oblidos Euro | Out. débitos Detidos Euro | Total Euro |
|---|--------------------------------|---------------------------------|------------------|
| Empresas | | | |
| EDP Distribuição - Energia, S.A. (nota 21) | - | 513 | 513 |
| EDP Comercial Comercialização de Energia, S.A. (nota 21) | - | 313 | 313 |
| Labelec - Estudos Des. e Activ. Laboratoriais, S.A. (nota 21) | - | - 479 | - 479 |
| EDP Renováveis Portugal, S.A. (nota 19 e 21) | 6 174 460 | 664 | 6 175 124 |
| | <u>6 174 460</u> | <u>1 011</u> | <u>6 175 471</u> |

Os débitos detidos sobre Empresas do Grupo a 31 de Dezembro de 2016, são analisados como segue:

| | Empréstimos Oblidos Euro | Out. débitos Detidos Euro | Total Euro |
|---|--------------------------------|---------------------------------|------------------|
| Empresas | | | |
| EDP - Distribuição - Energia, S.A. (nota 21) | - | 493 | 493 |
| EDP Comercial Comercialização de Energia, S.A. (nota 21) | - | 402 | 402 |
| Labelec - Estudos Des. e Activ. Laboratoriais, S.A. (nota 21) | - | 1 645 | 1 645 |
| EDP Renováveis Portugal, S.A. (nota 19 e 21) | 6 644 693 | 3 592 | 6 648 285 |
| | <u>6 644 693</u> | <u>6 132</u> | <u>6 650 825</u> |

As transações em rubricas de custos sobre empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2017, são analisadas como segue:

| | Juros de Empréstimos Oblidos Euro | Outros Custos Euro | Total Euro |
|---|--|-----------------------|----------------|
| Empresas | | | |
| EDP - Energias de Portugal, S.A. | - | 301 | 301 |
| EDP Renováveis Portugal, S.A. (nota 10) | 361 586 | 599 | 362 185 |
| EDP Distribuição - Energia, S.A. | - | 1 050 | 1 050 |
| EDP Comercial Comercialização de Energia, S.A. | - | 2 505 | 2 505 |
| Labelec - Estudos Des. e Activ. Laboratoriais, S.A. | - | - 1 596 | - 1 596 |
| | <u>361 586</u> | <u>2 859</u> | <u>364 445</u> |

As transações em rubricas de custos sobre empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2016, são analisadas como segue:

| | Juros de Empréstimos Oblidos Euro | Outros Custos Euro | Total Euro |
|---|--|-----------------------|----------------|
| Empresas | | | |
| EDP Comercial Comercialização de Energia, S.A. | - | 2 394 | 2 394 |
| EDP Distribuição - Energia, S.A. | - | 1 646 | 1 646 |
| EDP Energias de Portugal, S.A. | - | 1 287 | 1 287 |
| Labelec - Estudos Des. e Activ. Laboratoriais, S.A. | - | 3 465 | 3 465 |
| EDP Renováveis Portugal, S.A. (nota 10) | 415 248 | 2 975 | 418 223 |
| | <u>415 248</u> | <u>11 767</u> | <u>427 015</u> |

As transações em rubricas de proveitos sobre empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2017, são analisadas como segue:

| | Vendas e Outros Proveitos Euro | Total Euro |
|--------------------------------------|---|------------------|
| Empresas | | |
| EDP Serviço Universal, S.A. (nota 5) | 2 923 787 | 2 923 787 |
| | <u>2 923 787</u> | <u>2 923 787</u> |

As transações em rubricas de proveitos sobre empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2016, são analisadas como segue:

| | Vendas e Outros Proveitos Euro | Total Euro |
|--------------------------------------|---|------------------|
| Empresas | | |
| EDP Serviço Universal, S.A. (nota 5) | 2 890 558 | 2 890 558 |
| | <u>2 890 558</u> | <u>2 890 558</u> |

25. Eventos relevantes ou subsequentes

Após a data do balanço não ocorreram eventos subsequentes relevantes que requeiram ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

26. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações emitidas efectivas para a Empresa

A norma contabilística recentemente emitida que entrou em vigor e que a Empresa aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, pode ser analisada como segue:

IAS 7 (Alterada) - Iniciativa de divulgação

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em Janeiro de 2016, alterações à IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2017, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Estas alterações exigem que uma entidade divulgue informação que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas obrigações que são criadas pelas actividades de financiamento da entidade, independentemente de estas alterações terem, ou não, impacto nos fluxos de caixa, tais como:

- Alterações nos fluxos de caixa de financiamento;
- Alterações que surgem de uma obtenção ou perda de controlo em subsidiárias ou outras concentrações de negócios;
- O efeito de alterações nas taxas de câmbio; ou
- Variações de justo valor.

Esta divulgação foi incluída na nota 28.

A norma contabilística recentemente emitida que entrou em vigor e que a Empresa aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, sem impactos significativos pode ser analisada como segue:

IAS 12 (Alterada) - Reconhecimento de impostos diferidos activos para perdas não realizáveis.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Empresa

As normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Empresa, cujo impacto está a ser avaliado, são as seguintes:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de Novembro de 2016, definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2018. As versões da IFRS 9 de 2009 e 2010 introduzem novos requisitos para a classificação e mensuração de activos e passivos financeiros. Nesta nova abordagem, os activos financeiros são classificados e mensurados tendo por base o modelo de negócio que determina a sua detenção e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos em causa. A versão da IFRS 9 de 2013 introduz os requisitos que regulamentam a contabilização das operações de cobertura. Foi ainda publicada a versão da IFRS 9 de 2014 que reviu algumas orientações para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros (além de participações em capital das sociedades consideradas estratégicas, alargou a outros instrumentos de dívida a mensuração ao justo valor com as alterações a serem reconhecidas em outro rendimento integral - OCI) e implementou um novo modelo de imparidade tendo por base o modelo de perdas esperadas.

Assim, a IFRS 9 incorpora três vertentes distintas: classificação e mensuração de instrumentos financeiros, imparidade de activos financeiros e contabilidade de cobertura.

A IFRS 9 será aplicável para os exercícios que se iniciem em 1 de Janeiro de 2018 (com opção para aplicação antecipada). Com excepção da contabilidade de cobertura, a aplicação retrospectiva é obrigatória mas sem a obrigatoriedade de divulgação de informação comparativa. Para a contabilidade de cobertura, os requisitos são geralmente aplicados prospectivamente, com algumas excepções.

A Empresa irá adoptar esta norma na sua data de aplicação obrigatória, e não irá proceder à reexpressão da informação comparativa, conforme previsto na mesma.

Durante 2017, a Empresa procedeu à análise do impacto da adopção desta norma em todos os seus aspectos, tendo por base a informação disponível à data pelo que a avaliação pode ainda sofrer alterações até à sua adopção, uma vez que a Empresa ainda não finalizou os testes e avaliação dos controlos relacionados com os novos sistemas e procedimentos de controlo interno, e as novas políticas contabilísticas estão sujeitas a alterações até que a Empresa apresente as suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

No geral, não são esperados impactos significativos na demonstração da posição financeira da Empresa.

A Empresa analisou o impacto da adopção da IFRS 9 nos seus activos e passivos financeiros de forma a identificar e avaliar os impactos qualitativos e quantitativos da adopção da Norma. Em conformidade, os principais impactos são os que se descrevem de seguida:

(a) Classificação e mensuração

A IFRS 9 determina que a classificação e mensuração dos activos financeiros passe a ter como base o modelo de negócio utilizado na sua gestão e as características dos fluxos financeiros contratados. Neste contexto, os activos financeiros são mensurados ao custo amortizado se delidos numa perspectiva de captura de fluxos de caixa contratuais, sendo os remanescentes mensurados ao justo valor reconhecido na demonstração de rendimento integral do exercício (caso exista, também, intenção de venda dos activos) ou através de resultados (se não enquadráveis em nenhum dos modelos anteriores sendo, por exemplo, geridos com base no seu justo valor). Já no que respeita à classificação e mensuração de passivos financeiros, as alterações introduzidas face às disposições da IAS 39 não são substanciais, de acordo com a avaliação realizada. As alterações introduzidas pela IFRS 9 não introduzem alterações na Empresa.

A Empresa não espera um impacto significativo na sua posição financeira ou capital próprio decorrente da aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9. A Empresa não detém activos financeiros actualmente mensurados ao justo valor.

Empréstimos e contas a receber são geralmente mantidos para recolher fluxos de caixa e é expectável que deem origem a fluxos de caixa que representem apenas pagamentos de capital e juros. A Empresa analisou as características dos fluxos de caixa contratuais desses instrumentos e concluiu que estes cumprem o critério do custo amortizado ao abrigo da IFRS 9. A reclassificação destes instrumentos não é necessária.

(b) Imparidade

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em "perdas esperadas" que substituirá o actual modelo baseado em "perdas incorridas" previsto na IAS 39. Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em ORI. No caso de o risco de crédito de um activo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses. No caso do risco de crédito tiver aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por "prova objectiva de imparidade"), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

Contas a receber, incluindo activos contratuais

A Empresa aplicará o método simplificado e registará as perdas esperadas até à maturidade para todas as suas contas a receber e activos contratuais, incluindo aqueles que incluem uma componente financeira significativa.

As perdas esperadas estimadas foram calculadas com base na experiência de perdas reais ao longo de um período que, por negócio ou tipo de cliente, foram consideradas estatisticamente relevantes e representativas das características específicas do risco de crédito subjacente.

No geral, não são esperados impactos significativos na demonstração da posição financeira da Empresa.

A nível individual, no que respeita a activos financeiros intragrupo, não existem eventos históricos de perdas significativas, contudo a Empresa encontra-se a analisar o eventual impacto da aplicação da taxa de perda esperada.

Divulgações

A IFRS 9 exigirá novas divulgações, em particular no que diz respeito ao risco de crédito e perdas esperadas. A avaliação da Empresa incluiu uma análise que permitisse identificar dados em falta nos processos correntes. A Empresa está em fase de implementação dos sistemas e da mudança de controlos que acredita que serão necessários para ter disponível toda a informação requerida e assegurar a plenitude da aplicação da Norma.

IFRS 15 - Rêdito de contratos com clientes (objecto de clarificação emitida em 12 de Abril de 2016)

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em Maio de 2014, e alterou em Abril de 2016, a IFRS 15 - Rêdito de contratos com clientes, que substitui os actuais requisitos para reconhecimento do rêdito de acordo com as IFRS. A IFRS 15 tem data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2018, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta nova norma estabelece os princípios que uma entidade deverá aplicar no reporte de informação útil, aos utilizadores das demonstrações financeiras, sobre a natureza, montante, prazo e incerteza do rêdito e fluxos de caixa provenientes de um contrato com um cliente.

O princípio nuclear da IFRS 15 é que uma entidade reconheça o rêdito para reflectir a transferência de bens e serviços contratados para os clientes, num montante que reflecta a consideração que a entidade espera ter direito a receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base num modelo construído em 5 fases, que são os seguintes: (i) identificação de um contrato com um cliente; (ii) identificação das obrigações de performance; (iii) determinação de um preço de transacção; (iv) alocação do preço de transacção a obrigações de performance e (v) reconhecimento do rêdito quando ou à medida que a entidade satisfaz uma obrigação de performance.

A Empresa planeia adoptar a IFRS 15 utilizando o método de efeito acumulado "modified retrospective approach", com os impactos decorrentes da aplicação inicial da norma reconhecidos à data da aplicação adicional (1 de Janeiro de 2018). Assim, a Empresa não aplicará os requisitos da IFRS 15 para o período comparativamente apresentado.

A análise realizada resultou da avaliação dos seguintes impactos preliminares:

(a) Venda de energia

O rêdito relacionado com a venda de energia é actualmente mensurado ao justo valor da retribuição recebida ou a receber, líquido de imposto sobre o valor acrescentado, devoluções e descontos.

O reconhecimento do rêdito ocorre quando os principais riscos e direitos de propriedade são transferidos para o comprador, a entidade não retém nenhum envolvimento relacionado com a gestão nem qualquer tipo de controlo sobre os bens alienados, o montante do rêdito pode ser fiavelmente mensurado, é provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a entidade e os custos incorridos ou a incorrer no que diz respeito à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

No geral, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa.

Divulgações

Os requisitos de apresentação e divulgação da IFRS 15 são mais detalhados do que os actuais. Em particular, a Empresa espera que as notas às demonstrações financeiras sejam alargadas devido à necessidade de divulgação dos julgamentos significativos efetuados: quando e como determinar o preço de transacção dos contratos que incluem recebimentos variáveis, como alocar o preço de transacção às obrigações de performance, e os pressupostos assumidos para estimar o preço de venda independente de cada obrigação de performance. Em 2017, a Empresa continuou a testar os seus sistemas, controlos internos, políticas e procedimentos necessários para recolher e divulgar a informação requerida.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos a
31 de Dezembro de 2017 e 2016**IFRS 16 - Locações**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em Janeiro de 2016, a IFRS 16 - Locações, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 2019, sendo a sua adopção antecipada permitida para entidades que adoptem também a IFRS 15 - Rédito de contratos de clientes.

Esta norma define os princípios para o reconhecimento, mensuração e apresentação de locações, substituindo a IAS 17 - Locações e as respectivas orientações interpretativas. O objectivo é garantir que locadores e locatários reportam informações úteis para os utilizadores das demonstrações financeiras, designadamente sobre o efeito que as locações têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa.

Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- inclusão de algumas considerações de modo a distinguir locações de contratos de serviços, tendo por base a existência de controlo sobre um activo no momento em que este fica disponível para uso do locatário; e
- introdução de um modelo único de contabilização para o locatário que exige que este reconheça os activos e passivos para todas as locações com termo superior a 12 meses, com excepção de locações de activos com valor reduzido. O locatário deve reconhecer o direito de uso do respectivo activo e a obrigação inerente aos pagamentos a efectuar, e reconhecer os custos financeiros e as depreciações em separado.

À data das demonstrações financeiras consolidadas em apreço a Empresa já procedeu à inventariação dos contratos de locação existentes, estando em curso a sua análise e enquadramento técnicos tendo em consideração as disposições da IFRS 16.

Adicionalmente, encontra-se a rever os sistemas de informação existentes por forma a aferir em que medida será necessário proceder à sua adaptação aos requisitos desta norma. Nesta fase, não é possível estimar a magnitude dos impactos inerentes à sua adopção.

As normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Empresa (independentemente da data efectiva de aplicação, ainda não foram adoptadas pela União Europeia), para as quais não se estimam impactos significativos, podem ser analisadas como segue:

- IFRS 9 (Alterada) - Características de pré pagamento com compensação negativa;
- IFRIC 23 - Incerteza no tratamento de impostos sobre o rendimento;
- Melhorias anuais no ciclo IFRS 2014-2016.
- Melhorias anuais no ciclo IFRS 2015-2017.

27. Matérias ambientais

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da actividade normal da Empresa.

As despesas de carácter ambiental são registadas nos custos do período, excepto se qualificarem para reconhecimento como um activo, conforme determinado pelo IAS 16.

Durante o período, a Empresa reconheceu despesas em resultados do período, que se decompõem nos seguintes domínios ambientais:

Outras actividades de gestão e protecção do ambiente
Gestão de resíduos

| Dez 2017 | Dez 2016 |
|----------|----------|
| Euro | Euro |
| 2 506 | - |
| - | 380 |
| 2 506 | 380 |

28. Reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da actividade de financiamento em 31 de Dezembro de 2017

As alterações nas seguintes rubricas das actividades de financiamento, incluindo alterações por fluxos de caixa são como se segue:

Saldos em 31 de Dezembro de 2016**Fluxos de caixa**

Recebimentos/(Pagamentos)de suprimentos
Juros de suprimentos e custos similares
Juros do período, acréscimos e diferimento de custos

Saldos em 31 de Dezembro de 2017

| Euro |
|---|
| Empréstimos de Partes Relacionadas Nota 20 |
| 6 644 693 |
| - 470 086 |
| - 362 334 |
| 362 187 |
| 6 174 460 |

Boticas, 26 de Fevereiro de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



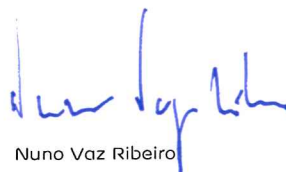
Maria Alice Jorge Almeida

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



António Manuel Lobo Gonçalves

(Presidente)



Nuno Vaz Ribeiro

(Vogal)



Fernando Eirão Queiroga

(Vogal)



Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral

(Vogal)



Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa

(Vogal)

APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Eólica da Serra das Alturas, S.A.**, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 12.799.072 euros e um total de capital próprio de 5.816.785 euros, incluindo um resultado líquido de 1.298.401 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **Eólica da Serra das Alturas, S.A.** em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Lisboa, 31 de Março de 2018

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da
Eólica da Serra das Alturas, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Eólica da Serra das Alturas, S.A., apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentado pelo Conselho de Administração da Eólica da Serra das Alturas, S.A., relativamente ao ano findo em 31 de Dezembro de 2017.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano findo em 31 de Dezembro de 2017, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem a demonstração da posição financeira, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas sem ênfases e sem reservas, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços obtivemos a documentação e os esclarecimentos solicitados, concluindo que:

- As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.



Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao ano findo em 31 de Dezembro de 2017;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 31 de Março de 2018

O FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)